



Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina

Cristiane Luíza Sabino de Souza¹

Resumo

No presente trabalho pretendemos elencar os principais elementos da elaboração teórica de Florestan Fernandes que nos possibilitam uma reflexão crítica acerca dependência na América Latina ontem e hoje. Além de uma breve introdução para apresentação do autor e contextualização do debate da dependência, estruturamos nosso trabalho a partir de três pontos: 1) Os principais elementos indicados por Fernandes acerca dos padrões de dominação externa na América Latina, ou seja, da dinâmica histórica que forjou a dependência da região na sua inserção no mercado mundial capitalista, em contraface ao imperialismo; e das relações de produção/reprodução no capitalismo dependente. 2) O debate da categoria dupla articulação dependente, que sintetiza uma análise mais elaborada das relações de classe – internas e externas – as quais, dialeticamente, determinam e são determinadas pela condição dependente. 3) Alguns elementos reflexivos a partir da contribuição do autor para a compreensão da realidade do capitalismo dependente na atualidade. Tomamos por base as principais obras de Fernandes, nas quais o debate do subdesenvolvimento e a dependência são mais elaborados.

Palavras chave: Dependência, Florestan Fernandes, América Latina.

Florestan Fernades y el debate sobre la dependencia en América Latina

Resumen

En el presente trabajo pretendemos enumerar los principales elementos de la elaboración teórica de Florestán Fernandes que nos possibilitan una reflexión crítica sobre la dependencia en América Latina ayer y hoy. Además de una breve introducción para la presentación del autor y contextualización del debate de la dependencia, estructuramos nuestro trabajo a partir de tres puntos: 1) Los principales elementos indicados por Fernandes acerca de los patrones de dominación externa en América Latina, o sea, de la dinámica histórica que forjó la dependencia de la región en su inserción en el mercado mundial capitalista, en contraposición al imperialismo; y de las relaciones de producción / reproducción en el capitalismo dependiente. 2) El debate de la categoría doble articulación dependiente, que sintetiza un análisis más elaborado de las relaciones de clase - internas y externas - las cuales, dialécticamente, determinan y son determinadas por la condición dependiente. 3) Algunos elementos reflexivos a partir de la contribución del autor para la comprensión de la realidad del capitalismo dependiente en la actualidad. Tomamos como base las principales obras de Fernandes, en las cuales el debate del subdesarrollo y la dependencia son más elaborados.

Palabras-clave: Dependencia, Florestan Fernandes, América Latina.

¹ Graduada em serviço social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro dos Grupos de Estudos “Veias Abertas” (IELA/UFSC) e “Futuro Presente” (UFVJM).

Florestan Fernandes and the debate on dependence in Latin America

Summary

In the present work we intend to list the main elements of the theoretical elaboration of Florestan Fernandes that allow us a critical reflection about dependence in Latin America yesterday and today. In addition to a brief introduction to the author's presentation and contextualization of the dependency debate, we structured our work from three points: 1) The main elements indicated by Fernandes about the patterns of external domination in Latin America, that is, the historical dynamics that forged dependence on the region in its insertion in the capitalist world market, against imperialism; and the relations of production / reproduction in dependent capitalism. 2) The debate of the double dependent articulation category, which synthesizes a more elaborate analysis of class relations - internal and external - which, dialectically, determine and are determined by the dependent condition. 3) Some reflective elements based on the author's contribution to the understanding of the reality of dependent capitalism today. We take as base the main works of Fernandes, in which the debate of underdevelopment and dependence are more elaborate.

Key words: Dependency, Florestan Fernandes, Latin America.

1. Introdução

No presente trabalho assumimos o desafio de pontuar alguns elementos presentes nas elaborações de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente na América Latina. Não tendo o autor elaborado uma “teoria da dependência” em si mesma, conforme aponta Limoeiro-Cardoso (1995), suas contribuições para do debate da dependência emergem dos seus amplos esforços para compreender sociologicamente o desenvolvimento capitalista e suas particularidades na periferia latino-americana. Ao vivenciar um contexto histórico onde as questões relativas ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento capitalistas aguçaram grandes debates dentro e fora da academia, no Brasil e na América Latina inteira, Florestan se desdobrou na construção de uma sociologia que pudesse compreender e transformar esta região. Realizou profundas investigações sobre a dinâmica da sociedade latino americana, em particular da brasileira, nas quais as determinações econômicas, sociais, culturais e políticas são apresentadas como partes indissociáveis de um todo particular e complexo que, guardadas as especificidades, explica a América Latina na totalidade do sistema capitalista e das relações sociais que ele engendra.

O debate do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina fecundou-se amplamente em toda a região no pós 2ª Guerra Mundial. A grande desigualdade no desenvolvimento capitalista nas diversas regiões do mundo, com o latente subdesenvolvimento na periferia do sistema, colocou, como imperativo da política de

dominação imperialista, a construção ideológica de teorias que fundamentassem a existência de dita desigualdade, ao passo que serviram também como mecanismos de dominação imperialista, comandada particularmente pelos Estados Unidos, após a “segunda partilha do mundo” advinda da 2ª Guerra Mundial. As teorias desenvolvimentistas encontram caminho para a América Latina especialmente com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948, instituição que, apesar de corresponder às expectativas ideológicas imperialistas, também legou importantes elaborações para a compreensão da realidade latino-americana, influenciou debates e controvérsias importantes para o inédito debate que se desenrolou a partir de então².

A ideologia desenvolvimentista perdeu seu fôlego político com a crise que assolou a região na década de 1960, fomentando os debates críticos que desnudavam o caráter do desenvolvimento capitalista na região, particularmente os debates das “teorias da dependência” – nas suas várias perspectivas teóricas e políticas assumidas. Em meados de 1960 e na década seguinte houve um salto qualitativo sem precedentes nas ciências sociais em toda a região – tanto no campo crítico e revolucionário, quanto no campo mais reformista e conciliador – com obras substanciais para a compreensão do subdesenvolvimento e da dependência. Entretanto, o avanço teórico crítico, principalmente aquele ancorado na perspectiva marxista, foi duramente atacado pelas ditaduras militares que marcaram toda a região e, posteriormente, soterrado pela dominação das perspectivas mais reformistas ou conservadoras como a “endogenista” e a “neodesenvolvimentista”, que surgem ao final da década de 1970 e anos seguintes, sob as quais há um grande empobrecimento teórico, comparado ao período anterior, e o retorno à subordinação, principalmente das ciências sociais e do pensamento econômico, às elaborações e ideologias européias e estadunidenses (MARINI, 1992).

Florestan Fernandes é um dos teóricos críticos foram condenados ao isolamento imposto pela ditadura civil-militar iniciada em 1964 e que impactou gravemente todo o país e afetou sua vida pessoal, intelectual e acadêmica. Partiu para lecionar na Universidade de Toronto, no Canadá e lá permaneceu, longe da família, até 1972. Retornou ao Brasil, ainda sob a ditadura, e “para não se exilar de si mesmo, adaptou-se, embora mal, à existência aprisionada, isolada e solitária da vida familiar em São Paulo” (FERNANDES, 2014, p.39). Assim na solidão de um “intelectual militante” (OURIQUES, 2017) ou de um “sociólogo socialista” (FERNANDES, 2014) seguiu na contramão das tendências conservadoras ou

² Elaborações esclarecedoras sobre este importante período para o pensamento social latino-americano podem ser encontradas em Prebisch (2000) e Marini (1992).

reformistas, sem nunca abrir mão da crítica e da coerência

O autor³, que é considerado “patrono” da sociologia no Brasil, legou-nos densas e indispensáveis obras para o entendimento da realidade contemporânea do país (MARTINS, 1998). Conforme aponta Limoeiro-Cardoso, em entrevista para Cerqueira (2013, p.56), “toda a sua obra é um conjunto de significado teórico muito maior do que se admite [...] Florestan construiu uma sociologia de peso com determinadas formulações que não são encontradas em outros autores”.

Normalmente lembrado por suas obras sobre a educação, a cultura, o folclore e a questão racial, e não como uma referência no pensamento histórico-econômico, não há dúvidas de que, também aí, o sociólogo realizou importantes contribuições com um denso conjunto de obras, nas quais trata do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, bem como das classes sociais, do Estado e da revolução (CASTELO S/D). Tais obras contribuem de maneira essencial para o debate da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina. Conforme mostra Castelo (s/d), Fernandes entrou nos debates da chamada “controvérsia da revolução brasileira”, polemizando a partir de suas investigações sociológicas com os principais expoentes do debate “desenvolvimentista”, como os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), da Cepal e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Fernandes sofreu diretamente as violências perpetradas após o golpe de Estado de 1964 no Brasil, no entanto, é a partir daí que suas próprias elaborações acerca da realidade latino-americana ganham ainda mais fôlego e desdobram nas profundas reflexões teóricas e encaminhamentos políticos presentes em obras posteriores a este período. No entanto, tal obra, que é a expressão mais amadurecida e mais arraigada na crítica radical ao capitalismo dependente, resulta de elaborações realizadas desde 1955⁴, conforme aponta Limoeiro-

³ Sobre a vida e obra de Florestan Fernandes são de grande valia os trabalhos de: H. Fernandes (2014); Martins (1998); Cohn, (1987); Cerqueira (2013) Limoeiro-Cardoso (1996); Ianni (1986); Candido (2001); Netto (2004)

⁴ Já nas elaborações da década de 1950, Fernandes trata do tema da “dependência cultural”, com uma noção ainda breve, mas que já desencadeia uma série de questões que orientará seu programa de estudos posterior. Florestan desde aí já reelabora seu ponto de partida para a análise, ultrapassando a sociedade nacional e designando o capitalismo moderno como eixo explicativo, o qual vai ganhando precisão de forma progressiva, conforme aponta Limoeiro-Cardoso (1996) “O recorte definidor da unidade de análise sofrerá modificações no decorrer da pesquisa do próprio Florestan, que construirá seu objeto e o reconstruirá: primeiro, enquanto expansão capitalista mundial, entendendo a sociedade nacional como parte desta expansão; segundo, enquanto ‘forma de integração’ das ‘sociedades heteronômicas ou dependentes’ aos ‘centros de dominância’ da expansão econômica capitalista; e terceiro, um

Cardoso (1996).

O que estou apontando é que seus textos de 1967 como que concluem a construção do que ele provavelmente chamaria de esquema teórico de referência para a explicação do Brasil e do subdesenvolvimento/dependência/ heteronomia. [...] Em 1965 e 1967, completa a sua definição de capitalismo dependente, então já como um conceito, articulado a toda uma elaboração teórica e avança significativamente na pesquisa sobre as classes sociais sob o capitalismo dependente (LIMOEIRO-CARDOSO, 1996. P.91).

De acordo com Ouriques (2017), depois do golpe de Estado, Fernandes aprofunda seu combate político e sua atividade jornalística, para as quais se manteve lúcido até o último artigo. Para Heloisa Fernandes (2014), muitas análises sobre sua vasta obra apontam uma ruptura com o “sociólogo” e o surgimento do “socialista” pelo fato dele ter se tornado ainda mais ativo politicamente e radicalmente ancorado na teoria marxista, o que Florestan de certo não concordaria, posto que nunca deixou de ser sociólogo, “socialista, mas sociólogo!” (FERNANDES, 2014). Sobretudo porque sua marca como intelectual latino-americano, cujos pés se assentaram sobre o barro do subdesenvolvimento, foi a de um intelectual orgânico. Em suas palavras:

O autor nunca dissociou a sociologia do debate dos grandes problemas da própria sociedade em que vive. [...] Poderíamos dizer que a sociologia, como a história, sai de nossas entranhas e de nossas atividades. Os que não entendem a América Latina sofrem, aqui, mais um choque. Ciência e ideologia não se separam, embora quando necessário caminhem independentemente uma da outra. [...] Por fim, partamos do concreto ao abstrato ou façamos o caminho inverso, estamos sempre no centro dos dramas coletivos e procuramos entender os rumos sociológicos da história (FERNANDES, 1973[2009], p.19).

Sua crítica às teses desenvolvimentistas, que concebiam o subdesenvolvimento como mero atraso a ser superado com a modernização, caminharam no sentido de mostrar a relação entre o arcaico e o moderno como forma de ser do capitalismo dependente, para o qual a modernização e o crescimento econômico podem significar mais dependência e não a autonomia nacional. Demarca, assim, a persistência do subdesenvolvimento como próprio do desenvolvimento capitalista na América Latina e, portanto, da luta de classes que se forja sob o capitalismo dependente, não como uma fatalidade histórica, mas como a contraface do

pouco mais tarde, coma caracterização desta ‘forma de integração’ como uma forma, particular e específica, que o desenvolvimento capitalista assume nas economias dependentes, coma construção do conceito de capitalismo dependente’.

próprio desenvolvimento capitalista. Na sua concepção, a economia subdesenvolvida ou dependente:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1968[2008],p. 36-37)

É o sistema de classes sociais seu foco de análise, por entender que nas relações de classe, na ação histórica dos “homens”, em síntese, na cooperação ou na luta de classes que reside a explicação sociológica sobre a realidade (LIMOEIRO-CARDOSO 1995). O conceito de classe social por ele aceito é o aplicado à especificidade histórica das relações inerentes ao sistema de produção capitalista:

(...) a “sociedade de classes” possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais (FERNANDES, 1973[2009], p.41).

O destaque à atuação política e cultural das classes sociais – externas e internas – sobre dinamismos econômicos e na constituição dos “destinos” das nações fornecem elementos para a compreensão das relações de poder nas quais se assentam as estruturas da dependência; das quais emanam a crescente polarização social na América Latina, o superprivilegiamento das classes altas e sua exacerbada apropriação do aparelho estatal. Para Sampaio Jr. (1999, p. 149):

O exame que Florestan Fernandes faz do impacto da luta de classes sobre o padrão de acumulação ajuda a compreender a realidade substantiva que rege o desenvolvimento das economias dependentes e que sobredetermina suas potencialidades como instrumento de integração nacional. A ausência deste tipo de enfoque gera dois tipos de problemas. A sobrevalorização dos aspectos técnicos do desenvolvimento, em detrimento de seus condicionantes sociais, é responsável pelo **reducionismo econômico**. E a desconsideração dos determinantes sociais e políticos que restringem o grau de liberdade do Estado leva à uma visão tecnocrática da política (grifos do autor).

As premissas fundamentais que conduzem a investigação de Fernandes acerca da

realidade podem nos conduzir a uma compreensão mais ampla da mesma e de suas transformações e é por isso que este grande intelectual militante brasileiro continua sendo uma referência necessária àqueles que buscam compreender a realidade e suas complexidades. Buscamos, na introdução acima, apresentar brevemente o autor e situar o contexto do debate por ele travado. Em seguida, pretendemos elencar os principais elementos da construção teórica de Florestan Fernandes que nos possibilitam uma reflexão crítica acerca dependência na América Latina ontem e hoje.

Seguimos na imanência da obra do autor e desenvolvemos nossa exposição a partir de outros três pontos: 2) é dedicado aos principais elementos por ele indicados acerca dos padrões de dominação externa na América Latina, ou seja, da dinâmica histórica que forjou a dependência da região na sua inserção no mercado mundial capitalista em contraface ao imperialismo comandado pelo capital monopolista; e das relações produtivas no capitalismo dependente; 3) abordamos a categoria *dupla articulação dependente* que sintetiza uma análise mais elaborada das relações de classe – internas e externas – e que ao mesmo tempo determinam e são determinadas pela condição dependente; 4) traçaremos alguns elementos reflexivos a partir da contribuição do autor para a compreensão da realidade do capitalismo dependente na atualidade. Tomamos como referências principais as obras Sociedade de classes subdesenvolvimento (1968[2008]), Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1973 [2009]), e A revolução burguesa no Brasil (1975[2006]).

2. Os padrões de dominação externa e a dependência na América Latina

Em “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, publicado em 1973, com ensaios elaborados entre 1969 e 1971, Florestan Fernandes amplia a incursão nos estudos da dependência como realidade na América Latina. O autor se centra na análise dos elementos históricos que desembocam no avanço do capitalismo monopolista e do imperialismo estadunidense sobre este território com novas configurações que ultrapassavam a dominação econômica e se estabelecia de forma mais direta numa política imperialista que era altamente destrutiva para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Neste terreno histórico e em diálogo crítico com as grandes controvérsias do desenvolvimento na região, Fernandes constrói uma análise com profunda atenção à dinâmica sociocultural e política e não apenas aos aspectos econômicos da dependência. Em seus termos, para compreender o capitalismo dependente e a permanente depleção de riquezas a ele inerente:

Não basta afastar da análise o modelo ‘normal’ ou ‘clássico’ nas interpretações da formação ou do desenvolvimento do capitalismo na América Latina [...] É preciso colocar em seu lugar o modo concreto do capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis de circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) (FERNANDES, 1973[2009], p. 51-52).

Na sua explicação sociológica acerca da dependência na América Latina, Fernandes expõe dois elementos correlatos centrais: 1) a relação histórica dos dinamismos estruturais externos e internos em quatro fases da evolução econômica da América Latina e dos padrões de dominação que as definiram: *sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total*; e 2) a relação das classes sociais – internas e externas – na construção daquela evolução e como desdobramento dela. Desse modo, o autor busca elucidar dois problemas enfrentados pela América Latina no seu tempo presente: 1) A difusão da hegemonia dos Estados Unidos através de uma “nova forma de imperialismo total”, a qual reflete internamente na consolidação da condição dependente e da extrema polarização social que esta exige; 2) e o dilema de como enfrentar dito imperialismo numa fase onde a internacionalização do capital se demarca pela formação das grandes empresas corporativistas.

A exposição de Fernandes põe a nu os interesses das classes dominantes internas e sua confluência com a burguesia internacional na espoliação das nações dependentes e na construção do subdesenvolvimento como realidade. Tais interesses levam, segundo o autor, ao soterramento de qualquer possibilidade de integrações nacionais à medida que se sobrepõem permanentemente aos da “nação”. Questões que, apesar de passados quase meio século de publicação da obra, parecem não só atuais, mas também profundas e urgentes de serem enfrentadas com o rigor, a crítica e o compromisso político com a transformação social que Florestan Fernandes nos lega.

Ao retomar, metodologicamente, as fases e formas da dominação externa na América Latina⁵, Fernandes ao mesmo tempo em que às diferencia, busca os elementos estruturantes

⁵ É importante ressaltar que Florestan Fernandes realiza tal exposição de forma metodológica, mas em consideração as diferenças que se apresentarão entre os distintos países da América

que as perpassam, nos quais se arraigam a própria constituição do que se concebe como América Latina, a qual, segundo o mesmo, é fruto da expansão da civilização ocidental na gênese do capitalismo.

Neste ínterim, o autor demarca as origens de dita dominação, cuja primeira forma é o **sistema colonial**, que estruturou condições societárias fundadas na extrema desigualdade e no controle dos povos originários e africanos escravizados, que adquiriu, ao longo mais de três séculos, “o caráter da exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção em benefício das coroas e dos colonizadores” (FERNANDES, 1973[2009], p.23).

Desta longa fase de dominação externa sobre a América Latina e seu complexo processo de esgotamento, a tradição à subserviência e a extrema polarização social subsistirão como traço comum e estruturante nas fases seguintes, instituindo a sobreposição dos interesses particularistas com fins econômicos como característica geral das Nações latino-americanas, ao passo que as próprias possibilidades de constituição da “nação” como elemento transformador e criador de autonomia serão bloqueadas por ditos interesses. A estrutura excludente da dominação colonial persiste para além dela, sendo refuncionalizada, a partir de dentro pelos donatários do poder com o estímulo e controle externos no fim do sistema colonial.

Para o autor, as independências formais fincaram as bases para uma nova fase de dominação externa, a qual Fernandes denomina de **neocolonial**. Esta se realizou de forma indireta, por meio de operações comerciais e financeiras, tendo a Inglaterra como nação hegemônica central. A subordinação ao controle dos processos econômicos atendeu aos interesses dos agentes privilegiados internos, que mantiveram a estrutura interna herdada do sistema colonial, de modo que o setor dinâmico da economia – agroexportadora – atendesse aos interesses externos, ao mesmo tempo em que permitiam a esses agentes reterem internamente o excedente econômico antes apropriado pela antiga metrópole. Constituiu-se aí o impulso necessário a emergência de mercados capitalistas modernos e centros urbanos, bem como a opção à subserviência pelas classes dominantes internas, o que define o papel

Latina e que determinarão o futuro de cada um destes países na divisão internacional do trabalho. Em suas palavras: “Os quatro tipos de dominação externa foram caracterizados como uma projeção de seu ‘background’ histórico e de sua sequência sociocultural. Nessa perspectiva, apenas alguns países, como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile etc., conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa. Outros países como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Peru, etc., experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias de enclave e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo transitório di início do século XIX” (FERNANDES, 1973[2009], p.28)

secundário da região no mercado mundial à medida que:

Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do status quo ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes econômicos urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que estes setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 1973[2009], p.25).

Para Fernandes, a terceira fase de dominação externa é propriamente **imperialista** e resulta da reorganização da economia mundial dada a transição de um capitalismo de fase concorrencial, fruto da Revolução Industrial para uma fase monopolista, originada da própria dinâmica da acumulação. Nessa fase, as anexações coloniais e a reorganização das formas de articulação das economias periféricas tornam-se a política central do imperialismo. O último quartel do século XIX, no qual se inicia a fase da dominação tipicamente imperialista sobre a América Latina, é decisivo para a consolidação do capitalismo moderno (dependente) neste território. Fernandes destaca, ao tratar da atuação das classes sociais, que esse processo envolveu ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o antigo regime, numa articulação de dois tipos de dinamismos distintos e igualmente essenciais: os *externos* “que são permanentemente incorporados ao espaço econômico, sociocultural e político de nações hegemônicas da Europa (e mais tarde dos Estados Unidos)”; e os *internos*, os quais não criam “toda a evolução econômica”, mas sem os quais a dominação externa não teria se realizado.

A dominação imperialista, em convergência com a opção pela subordinação realizada pelas classes dominantes internas, significou para a América Latina, a transformação de suas economias num grande negócio, “seguro e lucrativo”, o que consolidou o capitalismo dependente como uma “realidade histórica” e determinou o condicionamento e reforço das estruturas preexistentes. Esse processo impôs (e as burguesias locais aceitaram) um padrão de desenvolvimento capitalista em que jamais coube a integração nacional como elemento de autonomia, e a transferência de excedente econômico para as nações hegemônicas torna a “apropriação repartida” uma condição intrínseca do capitalismo dependente. É importante ressaltar que os termos da relação de dominação/subordinação se diferenciam entre os distintos países da região. Isso porque, nessa terceira fase de dominação se realizou no período de 1890 a 1950, se consolidou apenas em alguns países a ordem social competitiva, ou seja, parte dos países transitou da situação neocolonial para a ordem social competitiva e outros permaneceram na situação neocolonial (vide nota de rodapé nº 5). Neste sentido, a aceitação ou negocia-

ção das classes dominantes se diferenciam nestes ritmos históricos de cada país na região latino-americana.

A fase da dominação imperialista teve por interface um novo tipo de drenagem de excedente econômico das economias dependentes para as metrópoles, e, conseqüentemente, a restrição da acumulação de capital a ser retida nos próprios países periféricos.

O controle financeiro das economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema de exportação-importação foi refundido para incluir a “integração” do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens de consumo, a “intensificação” das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias negociáveis a distância, sob condições seguras e ultralucrativas. [...] a “idade” de ouro do imperialismo europeu encerrou o circuito iniciado pelo antigo colonialismo e expandido pelo neocolonialismo, ambos de origem europeia, formando o burguês complacente, o equivalente histórico latino-americano do “*bourgeois conquerant*” (FERNANDES, 1973[2009], P.27).

Florestan Fernandes reforça em sua exposição o fato de que a dominação imperialista sobre os países periféricos não se deu de forma automática e unilateral, pois teve como condição um complexo de relações sociais e econômicas, protagonizado pelas classes dominantes internas que, com seu interesse individualista em preservar o próprio *status quo*, realizou articulações específicas de produção e troca entre as nações imperialistas e as dependentes.

O importante é que o capitalismo descrito possui sua própria lógica econômica [...] Na verdade, o jogo econômico para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder – tanto quanto para os parceiros internos (ambos se estima e se utilizam como meio para atingir tais fins) por isso a sobreapropriação capitalista e a dependência constituem substância do processo. [...] A dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural dos dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica no polo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro polo (FERNANDES, 1973 [2009], p.60).

O quarto padrão de dominação externa denominado pelo autor de **imperialismo total** marca-se pela hegemonia construída pelos Estados Unidos no Pós-Segunda Guerra Mundial, cujo destaque se dá pelo acirramento do controle sobre América Latina, não apenas a partir de fatores econômicos, mas também socioculturais e políticos. Para Fernandes, a política imperialista total é altamente destrutiva para o desenvolvimento dos países latino-americanos. No pós-Segunda Guerra, a dominação imperialista realizou a “segunda partilha do mundo”, pois o controle da periferia, como último espaço histórico para a sua expansão, aparece como

vital para o mundo capitalista – em disputa aberta com o então “socialismo real” da União Soviética. Para sobreviver na periferia, o capitalismo monopolista necessitava, a partir desse marco, de estabilidade política; e para alcançá-la atua de forma não apenas delimitadora das possibilidades de desenvolvimento econômico das nações periféricas, mas também no sentido de deprimir as estruturas de poder internas e fincar suas próprias bases.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1973[2009] P.27).

De acordo com Fernandes, as formas do capital monopolista, enquanto organização social, política e cultural da economia mundial se desdobram em decorrência da lei geral da acumulação capitalista e suas manifestações, *a priori*, nos centros desenvolvidos e, paulatinamente, são irradiados para todos os rincões do planeta. Esta irradiação, até então lenta e indireta, se acelerou no Pós-Segunda Guerra rumo às nações tecnologicamente menos desenvolvidas da América Latina e condicionou, de forma direta, o posterior desenvolvimento das mesmas. Ao incorporar, sem contestação, a dinâmica monopolista e adaptá-la as realidades heterogêneas do continente, o capital monopolista materializou o desenvolvimento desigual e a dependência como o único desenvolvimento possível para as economias latino-americanas nos marcos do capitalismo.

O autor aponta que a partir do imperialismo total, assentado na hegemonia dos Estados Unidos, há a acentuação da confluência entre interesses particularistas externos e internos, os quais se alçaram sobre todos os projetos de desenvolvimento nacional que apareceram na América Latina; o imperialismo total apareceu ele mesmo como uma contribuição efetiva ao “desenvolvimentismo”, via empresas corporativas que tão logo se estabeleceram na região absorveram as empresas nacionais e se apossaram das bases para o crescimento econômico, as quais foram postas a serviço dessas corporações e seus interesses privados. Fernandes destaca ainda que os termos do que aparece como “desenvolvimentismo”, só podem existir a partir da associação e incorporação dependentes, dadas as debilidades e insuficiências estruturais e dinâmicas do capitalismo dependente, o que retroalimenta a dependência dos dinamismos externos e desdobra-se numa permanente “desnacionalização” das economias latino-americanas.

Nos marcos da hegemonia do capital monopolista, consolidou-se a deterioração tanto

dos termos de troca, dado o intercambio desigual, como dos termos políticos sociais e culturais atrelados à substância da dependência. Neste ponto, cremos não ser forçado dizer que reside aí o diferencial imprimido pelo sociólogo militante e este debate, trazendo elementos substanciais para a compreensão da dependência em sua totalidade e marcando seu distanciamento das teses correntes, por exemplo, as da CEPAL. Em suas palavras:

A maioria dos cientistas sociais está preocupada com a deterioração dos termos de troca ou com os padrões ultraexploratórios inerentes às modernas tendências de dominação econômica externa. Todavia os aspectos econômicos são apenas uma face de uma amarga realidade. Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais. Elas abrangem instituições oficiais, semioficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação de massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos (FERNANDES, 1973[2009], p.32).

Fernandes percebe a deterioração das estruturas políticas nacionais em toda a América Latina como correspondência com a própria estruturação das bases econômicas e políticas do capitalismo monopolista em seu caráter destrutivo. A política “invasora” do capitalismo monopolista alcança todas as esferas da vida econômica, política e sociocultural da América Latina, a partir de elementos que não são percebidos como tal. É aí que reside o grande salto no padrão de dominação externa imposto pelo imperialismo total, na modificação e determinação de todas as estruturas da sociedade latino-americana de acordo com os interesses vinculados às novas formas da acumulação de capital. “O que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente mais eficaz desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos” (FERNANDES, 1973[2009], p.33). De acordo com o autor, a construção desses requisitos, através da modernização dependente, fez parecer no plano imediato a supressão das velhas iniquidades, quando, na verdade, os interesses e valores políticos estadunidenses adquiriram uma natureza perversa nas condições locais e criaram ainda novas formas de perversidade.

A partir da apresentação metodológica dos padrões de dominação externa, Fernandes expõe elementos que demonstram a substância da relação imperialismo/dependência ao buscar a explicitação da sociedade de classes que é *possível* sob o capitalismo dependente. Esta possui seus próprios dinamismos econômicos, sociais e culturais. Para o autor, “[...] ao que parece, os padrões de acumulação originária de capital e de mercantilização do trabalho,

inerentes ao capitalismo dependente, desvendam como se originam e operam tais dinâmismos” (FERNANDES, 1973[2009], p 80). Ao apanhar o específico, na relação com o todo, o autor demarca na raiz da produção do valor sob o capitalismo dependente, ou seja, no trabalho e nas formas como se organiza a produção no capitalismo dependente, com a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas (SAMPAIO Jr.1999), a chave para a compreensão daquela relação.

Florestan Fernandes destaca que há sob o capitalismo dependente um padrão específico de mercantilização da força de trabalho, o qual corresponde ao padrão dual de acumulação originária de capital (e certamente da acumulação de capital em si) e da apropriação repartida – entre os “de dentro” e os “de fora”, do excedente econômico nacional. Por apropriação repartida, o autor expõe a dinâmica da transferência de valor das economias dependentes latino-americanas para as hegemônicas, delimitada pela dependência estrutural em termos aceitos pela associação burguesa interna e externa. As diferenças entre as várias “idades econômicas” das economias latino-americanas e dentro delas, marcadas pelo desenvolvimento desigual, das forças produtivas nos diversos países tornam complexo dito padrão de mercantilização do trabalho no que tange às “funções classificadoras” do mesmo e das possibilidades de inclusão da classe trabalhadora nessas funções. O que varia desde as situações urbano-industriais nos países com maior “modernização”, as situações intermediárias e aquelas onde, apesar de haver uma expropriação do produto do trabalho mediado pela acumulação de capital, as massas trabalhadoras são permanentemente marginalizadas ou excluídas do *modus operandi* do capital, ou seja, “da ordem competitiva” ou das possibilidades de integração ao mercado capitalista.

É claro que o referido padrão de mercantilização do trabalho é específico do capitalismo dependente e subdesenvolvido (embora possa aparecer, eventualmente, nos focos “extremamente atrasados” das sociedades capitalistas hegemônicas), pois ele se constitui como conexão da acumulação repartida do excedente econômico nacional. Introduce na sociedade de classes produzida por esse tipo de capitalismo, dinâmismos econômicos, socioculturais e políticos que não aparecem da mesma maneira sob o capitalismo maduro ‘avançado’. Da perspectiva latino-americana, parece evidente que tal padrão de mercantilização do trabalho bloqueia ou dificulta a consciência social de interesses de classe similares, comuns ou equivalentes, e solapa ou enfraquece disposições e motivações que poderiam conduzir a formas mais ou menos ativas de solidariedade de classes. Assim, as classes ‘baixas’ são cronicamente debilitadas de sua potencialidade de agir como classes, através dos dinâmismos que determinam a configuração e a evolução da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1973[2009], p83-84).

De acordo com Fernandes, a situação da classe trabalhadora, no capitalismo

dependente, frente à estrutura desigual que se impõe através da dominação externa e do monopólio “do destino” das nações pelas burguesias, expõe não apenas a desigualdade brutal que a condena à exploração implacável e a marginalização de suas camadas mais ‘baixas’, mas também a permanência das velhas iniquidades e a criação de novas.

Para Fernandes, frente à histórica dominação externa na América Latina, em particular na sua última fase imperialista total, a autonomia, a integração nacional e a possibilidade de distribuir a riqueza produzida são os grandes dilemas latino-americanos. Para o autor, tais dilemas não podem encontrar solução com a manutenção da dinâmica estabelecida pelo imperialismo total. Nesse sentido, permanece latente a necessidade histórica de lutar contra essa dominação e fincar bases para a possibilidade de construção de “padrões mais elevados da razão humana” neste território.

Enquanto permanecerem os padrões de reprodução social impostos pela dominação imperialista, a realidade latino-americana expressará a substância dinâmica do capitalismo dependente, que é a permanente sobreapropriação do produto do trabalho, a sobreexpropriação dos recursos produtivos e da riqueza e a autocracia burguesa como forma “normal” de dominação das classes trabalhadoras pelas burguesias. Desse modo, com o crescimento econômico e a modernização mantém-se, alarga-se e aprofunda-se a dependência; exacerba-se a concentração social da riqueza na mesma proporção em que cresce população de marginalizados e miseráveis.

3. *Dupla articulação dependente*: “a construção do capitalismo dependente como realidade econômica e humana”

Considerando os elementos socioculturais e políticos presentes na dinâmica do capitalismo dependente, Fernandes elabora, de forma mais refinada em *A revolução Burguesa no Brasil* (1975[2006]), a categoria *dupla articulação dependente*. Apesar desta obra se referir à realidade brasileira diretamente, não consideramos uma arbitrariedade estendê-la para a compreensão da realidade do capitalismo dependente latino-americano como um todo - levando em consideração, certamente, as “varias idades econômicas” ou as distintas “colorações históricas” entre os países da região e suas implicações sobre os termos da dupla articulação dependente que se desenhará nestas especificidades. A riqueza explicativa dessa categoria acerca das relações de classes sob as quais se estrutura a dinâmica do capitalismo dependente amplia, na nossa opinião, o debate das classes sociais feito na obra de 1973, ao mesmo tempo em que fornece uma síntese mais elaborada sobre o mesmo.

Para Fernandes (2006) o desenvolvimento capitalista periférico tem sua dinâmica arraigada numa *dupla articulação dependente*, mecanismo que expõe a dependência como condição estrutural tanto das relações externas dos capitais nacionais com as nações imperialistas, quanto entre as classes dominantes internas. Essa categoria explícita, portanto, as relações históricas e as condições estruturais a partir das quais se projetam as bases para o desenvolvimento capitalista dependente.

Por *dupla articulação dependente*, podemos sintetizar os seguintes elementos estruturais: 1) articulação externa: entre frações da economia latino-americana e as economias centrais configurando modalidades de dependência (latifúndio monocultor na exportação de bens primários e indústria na dependência tecnológica); e 2) articulação interna: entre setores econômicos e suas distintas formas de produção e de sobreapropriação do excedente econômico produzido pelo trabalho (burguesia industrial moderna e oligarquias agrárias reforçam a reprodução de formas arcaicas de produção como meio exploração do trabalho e de extração de valor). A partir desta articulação destaca-se a permanência da segregação social-racial⁶ e a escolha do subdesenvolvimento como a forma de desenvolvimento particular do capitalismo (FERNANDES, 1968[2008]; 1975[2006]). Elementos fundamentais para compreendermos a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente e das relações sociais de classes; bem como da efetivação da luta de classes, pelo tope, neste contexto.

De acordo com Fernandes (2006), a *dupla articulação* não torna independente um termo do outro, ao contrário, os mesmos se articulam dialeticamente, como parte da mesma unidade contraditória que molda a desigual estrutura destas sociedades. É o movimento do capital que constitui a *dupla articulação*. Como manifestação da dependência estrutural, esta ganha poder explicativo quando é pensada como parte da própria estrutura interna, ou seja, o externo como determinante essencial das contradições internas, componente estrutural que não pode ser extirpado mantendo-se a estrutura.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem

⁶ Temática que Florestan Fernandes analisa de maneira profunda na obra de 1964 “A integração do negro na sociedade de classes” (2008).

dúvida, realizar as revoluções econômicas que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 2006, p.293).

A categoria *dupla articulação dependente* expressa os limites da autonomia da burguesia nacional na América Latina, dada a sua projeção limitada e subordinada internacionalmente pela hegemonia do capital financeiro monopolista do século XX (e certamente do século XXI), portanto sem autonomia econômica, política ou cultural. A burguesia constrói a sua hegemonia interna a partir da desigualdade requerida/resultada da *dupla articulação*, de forma que a hegemonia burguesa se apresentará em:

[...] dois pólos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades ‘patrióticas’ e ‘democráticas’ ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada ‘comunidade internacional de negócios. (FERNANDES, 2006, p. 144).

Para Fernandes (2006), o que explica a acomodação das classes burguesas perante os termos de integração impostos pelo imperialismo é a possibilidade de manter suas próprias vantagens frente a esse processo. Conduzem os Estados Nacionais em direção a seus interesses comuns de modo que o potencial político e econômico do Estado é convertido num mecanismo de proteção dos interesses dominantes, de modo a evitar conflitos suficientemente fortes a ponto de impor uma mudança estrutural nas relações de poder. As burguesias internas colocaram a questão nacional e a democracia – mesmo burguesa – em segundo plano, renovando constantemente seus vínculos de subordinação, a custo da perpetuação da dependência e da extrema polarização social. Fernandes afirma que seria um erro crasso subestimar o papel das burguesias internas na condução do capitalismo dependente, pois elas:

Escolheram-no e o fortaleceram como alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem e significado ou consequências coloniais, diante das quais ‘as desigualdades de classe’ tem o caráter de uma conquista democrática. [...] Como as

burguesias da Europa e dos Estados Unidos, elas envolvem os *interesses nacionais* e usam o Estado para atingir seus fins. Se o envolvimento dos interesses nacionais e os usos do Estado adquirem um teor antinacional e trabalham, a curto e a longo prazo, contra a integração nacional e a própria revolução nacional, isso ocorre porque, sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode realizar-se como classe e impor sua hegemonia de outra maneira (FERNANDES, 1973[2009], p.63-64).

De acordo com Fernandes (2006) dependência e subdesenvolvimento, como faces de uma mesma moeda, não foram somente “impostos de fora para dentro” (FERNANDES, 2006, p.262). Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da “evolução” do capitalismo, na qual as classes dominantes dimensionam o desenvolvimento capitalista que pretendem, construindo, por seu próprio interesse, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. Tais contradições encaminham para mudanças e ajustes dentro de um pacto contraditório, de modo a garantir sempre os interesses particularistas aliados às burguesias internas e externas sob o comando do capital monopolista.

4. À guisa de conclusão: a atualidade do “dilema latino-americano” e a urgência da crítica para a construção da transformação necessária.

A grandiosidade da obra de Florestan Fernandes, ainda que se recortem apenas elaborações mais focadas no debate do capitalismo dependente, apresenta para quem quer estudá-la um duplo desafio: o primeiro é alcançar o nível qualitativo das discussões por ele elaboradas e captar, pelo menos em parte, a multiplicidade de elementos por ele trabalhados. O segundo é, partindo da realidade concreta, tal qual ela se apresenta no “nosso tempo”, dialogar criticamente com sua obra de modo apropriarmos-nos das elaborações ainda válidas sobre as tendências históricas do capitalismo dependente e, a partir disso, articular elementos necessários para entender a realidade na sua essência e refletir sobre os atuais desafios a serem enfrentados para a sua transformação. Certamente, um breve trabalho, como o aqui apresentado, só nos permite enfrentar tais desafios de maneira parcial, dada a magnitude e complexidade da própria obra e também as nossas limitações pessoais.

De saída, podemos afirmar que, infelizmente, *o dilema de como enfrentar o imperialismo numa fase em que a internacionalização do capital se demarca pela formação das grandes empresas corporativistas*, tal como se apresentou para Fernandes, há quase meio século, permanece em sua essência, porém mais perverso e num contexto de processos ainda mais alienantes, em que a crítica é absolutamente castrada e o potencial contestador e transformador da classe trabalhadora é alijado pelo aprofundamento da sobreapropriação e

sobreexpropriação, combinadas com novas-velhas formas de autocracia burguesa.

A *dupla articulação dependente* permanece definidora da forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade e do ciclo de reprodução da economia capitalista dependente. Retomando Fernandes (2006, p. 292), continua atual a afirmação de que:

[...] as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais.

Esse padrão de desenvolvimento dependente, ainda século XXI, ao acomodar-se sobre as velhas iniquidades econômicas, sociais e políticas, as acentuou e gerou novas formas de sobreapropriação da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. Ao constituir o desenvolvimento capitalista dependente como fonte permanente de acumulação repartida, a dominação externa mantém os termos da *dupla articulação dependente* e impõe aos trabalhadores latino-americanos a convivência permanente com a extrema polarização social e com o pagamento dos custos exorbitantes do desenvolvimento capitalista dependente. A apropriação externa das riquezas é “agora não só do excedente econômico, mas de todas as riquezas e de todas as forças econômicas vivas, reais ou potenciais, materiais ou humanas, essenciais ou secundárias” (FERNANDES, 2006, p.317).

Os processos históricos de dominação de classe na América Latina, que se agudizam à medida que a valorização do capital exige o aprofundamento das relações que o sustenta, se reproduzem a partir daquilo que Florestan (2008) enumerara como três realidades estruturais diversas e interligadas, as quais se perpetuam atreladas ao desenvolvimento capitalista dependente. A investigação das mesmas, na atualidade, nos permite entender que a dependência se apresenta nos nossos dias de forma ainda mais perversa. Elencaremos abaixo, de forma breve e apenas ilustrativa, alguns elementos que desnudam os termos atuais de tais realidades estruturais do capitalismo dependente:

1) *Concentração de renda, prestígio social e poder*; nesse ponto, ainda que no período recente, de 2002 a 2013, parte expressiva da América Latina tenha alcançado uma redução da desigualdade em termos monetários, não foi o suficiente para alcançar de fato uma maior igualdade, pois a desigualdade de renda entre os mais pobres e os mais ricos da região, mesmo neste período, ainda manteve a região como a mais desigual do planeta, conforme aponta o relatório da OXFAN (2016). Tal relatório mostra que no mesmo período a concentração da riqueza também foi enorme: “de 2002 a 2015, a fortuna dos bilionários da América Latina e

do Caribe cresceu a um ritmo médio de 21% ao ano, um crescimento seis vezes superior ao do PIB de toda a região — que foi de 3,5% ao ano — e 6% maior que o aumento da riqueza do restante do mundo” OXFAN (2016, p.10). Mostra também que após 2013 houve uma queda na redução da desigualdade, ao passo que a concentração só aumentou e em 2014, os 10% mais ricos da região acumulavam 71% da riqueza e do patrimônio.

2) *Coexistência de estruturas econômicas, sócio-culturais e políticas distintas, o que implica na existência permanente de uma exploração pré ou extra capitalista*: A análise de Florestan sobre a dependência não nos deixa cair num “economicismo” ou numa análise puramente técnica do desenvolvimento dependente. Para compreender a realidade latino-americana ontem e hoje, é necessário se despirmos da ideologia modernizadora, desenvolvimentista, neodesenvolvimentista ou qualquer que seja o termo usado para ocultar as relações de dominação e dependência inerentes ao desenvolvimento capitalista. Há também que se considerar as desigualdades regionais, entre os países da América Latina e dentro de cada um deles, ou seja, é necessário levar em conta tais desigualdades e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais. Tais implicações se exemplificam desde o alto índice de informalidade do trabalho, que se dá de forma diferenciada entre os países e dentro deles⁷. Passa pelas formas brutais de extração de valor e opressão em setores que mesclam mecanismos ultramodernos e formas extremamente arcaicas de extração de mais-valia absoluta⁸; até a permanência crescente do trabalho escravo – sendo que, de acordo com a OIT (2005), havia pelo menos 1,3 milhões de trabalhadores em situação análoga à escravidão na América Latina. No Brasil, de acordo com a CPT (2016)⁹, entre 2007 e 2015 foram denunciados 30.291 casos de trabalho escravo apenas no campo, 18.966 foram confirmados e os trabalhadores libertados, destes, 419 eram menores de idade. Muitos deles viviam sob ameaça, violência, contaminação por agrotóxicos etc.

⁷ de acordo com a OIT (2016) a América Latina possuía em 2016, 134 milhões de trabalhadores informais, o que corresponde a quase metade a força de trabalho empregada no mesmo ano, somando a um alto índice de desemprego e de precarização crescente das condições de trabalho.

⁸ Exemplo disso é a combinação de tecnologia e força de trabalho barata nos setores sucroalcooleiro, da produção têxtil, das chamadas maquilas no México, entre outros, onde a extensão da jornada de trabalho e a intensificação brutal da realização do trabalho manual são os mecanismos impostos, pelos baixíssimos salários e o caráter sazonal das atividades, para que as empresas de ditos setores se apropriem ao máximo do excedente do trabalho e compensem suas perdas na concorrência com os países onde há a massiva introdução da tecnologia na produção. Sobre tais mecanismos no setor sucroalcooleiro, ver Souza (2016). Sobre

⁹ Comissão Pastoral da Terra.

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo>

3) *Exclusão de uma ampla maioria dos trabalhadores da ordem econômica, social e política existente.* A polarização social e os mecanismos de marginalização das “classes baixas” na América Latina na atualidade confirmam sua tendência histórica, enquanto 10% da população mais rica concentra 71% da riqueza total de toda a região (OXFAN, 2017), as formas de marginalização dos mais despossuídos assumem formas cada vez mais violentas. Exemplo disso é o encarceramento em massa sob a escusa da “guerra o tráfico”, que na verdade é a guerra à população pobre e, principalmente, pobre e negra ou indígena¹⁰. Quanto mais a classe dominante monopoliza o poder, mais há a necessidade de empreender uma política de insegurança social e de “castigo aos pobres”, conforme explicitou Wacquant (2010). A lacuna entre os muito ricos, cuja fortuna é feita às custas da sobreexpropriação dos muito pobres, é sustentada pela concentração da riqueza, da renda, das terras e dos recursos produtivos. Monopólio que é assegurado por relações conservadoras e patriarcais, que acentuam dentro deste quadro as desigualdades de gênero e raça/etnia e colocam a população rural numa situação ainda mais perversa (OXFAN, 2016; 2016a).

Os elementos expostos acima se imbricam num conturbado processo de crise econômica, política e social ao qual está sujeitada, em maior ou menor medida, toda a sociedade latino-americana e que expressam a continuidade da *dupla articulação dependente* entre classes dominantes. Diante disso, o que vivenciamos atualmente é outro momento em que os conflitos podem encaminhar para mudanças, no entanto, tragicamente, o que está no horizonte da luta de classes é um novo reajuste das classes dominantes aos termos, cada vez mais perversos, do capital financeiro internacional. O contrário, uma ruptura radical, depende da organização e da força política da classe que historicamente é prejudicada pelos pactos contraditórios, a classe trabalhadora; no entanto, como adiantamento da solução de conflitos, é parte da estratégia política do capitalismo monopolista o esvaziamento político das organizações populares, o que é acentuado pelo aprofundamento das formas de sobreapropriação e sobreexpropriação, pela marginalização social e cultural, e pela repressão

¹⁰ De acordo com matéria do jornal El País de 15/10/2016, entre os 10 países com maior população carcerária do mundo, quatro são latino-americanos. O Haiti tem uma taxa de ocupação no sistema prisional de 416%. O Salvador, tem uma taxa de 320%, Venezuela — 270%, Bolívia — 256% e no Paraguai essa população alcança os 131%, segundo dados do Centro Internacional de Estudos Penitenciários da Universidade de Essex (ICPS) citados pelo diário El País. Matéria completa em:

<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2016/10/15/aumento-de-quantidade-de-prisoneiros-na-america-latina-se-torna-problema-grave/>

e criminalização e dos movimentos sociais. Este cenário, forjado desde os princípios do imperialismo total, colocou, nos últimos anos, a classe trabalhadora numa situação tão inerte, que assistimos ao absurdo da realidade sem nenhuma capacidade real de enfrentamento imediato. Assim todas as manobras das classes dominantes para se ajustarem aos termos impostos pelo capital financeiro e manterem seus privilégios acontecem perante as nossas vistas e sabemos que os custos econômicos, sociais e políticos desse processo serão muito maiores do que os dos ajustes anteriores, quando Fernandes já apontava que

[...] o “momento de predominância estrangeira” não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto).[...] a drenagem se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado Nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa da agricultura, da criação, da mineração ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados direta ou indiretamente a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado mundial (FERNANDES, 2006, p.319).

No entanto, como afirmou o autor (2006, p.324), “o conflito reprimido e encoberto nem por isso deixa de existir e estar presente nas estruturas e nas relações de classe”, diante disso, a burguesia não poderá perpetuar seus privilégios até o fim da história, pois em algum momento – o qual só se dará se construído pela classe trabalhadora e despossuída – dito conflito se tornará aberto e decisivo. Nesse sentido, afirmamos a necessidade urgente de uma retomada da trajetória de estudos críticos sobre a realidade latino-americana. Precisamos romper com a esterilidade do academicismo vazio que explicita a vitória conservadora da ordem burguesa entranhada nas universidades e nos espaços políticos em geral.

É urgente reconstruirmos, com rigor e organicidade na luta revolucionária, uma epistemologia crítica, para a qual Florestan Fernandes, bem como outros intelectuais críticos que fomentaram fecundos debates nas décadas de 1960/1970 podem muito contribuir. Retomar o debate sobre o passado-presente da dependência significa não perder de vista as contradições que perpetuam a subordinação e miséria dos povos latino-americanos e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos esforços teóricos e políticos que encaminhem para a sua superação.

Referências

CANDIDO, Antonio. Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.), O saber militante. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Unesp-Paz e Terra, 1987.

CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. SD. Disponível em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf> Acesso em: 11/07/2017

CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009

_____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. A integração do negro na sociedade de classes (o “legado” da raça branca). Vol I. 5ed. São Paulo: Editora Globo, 2008

FERNANDES, Heloisa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. Revista Florestan Ano 1 n°01 maio 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/11>. Acesso em 11/07/2017

IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octávio (org.) Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1986.

LIMOEIRO- CARDOSO, Miriam. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. S/D disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf> acesso em 11/07/2017

_____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. Estudos Avançados, São Paulo, v.1, n° 26, 1996, p. 89-128.

MARINI, Ruy Mauro. A crise teórica. In: América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, José de Souza. Florestan Fernandes, sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.

NETTO, José Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: Id., *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*, São Paulo: Cortez, 2004.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado*, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

OURIQUES. Nildo. *O colapso do figurino francês*. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2017.

OIT. Panorama Laboral 2016. OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2016. 136 p. disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_537803.pdf acesso em 11/07/2017

_____. Aliança global contra trabalho forçado Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2005. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_global2005.pdf acesso em 16/07/2017

OXFAM. Uma economia para os 99%. 2017. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99> Acesso em 16/07/2017

_____. Privilégios que negam direitos. Desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/privilegios-que-negam-direitos> Acesso em 16/07/2017.

_____. Terrenos da desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. 2016a Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural> Acesso em 16/07/2017.

PREBISCH, RAUL. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais, em “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”, Organização de Ricardo Bielchowsky, Volume 1, Record, 2000, Rio de Janeiro.

WACQUANT, Loïc. *Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Tradução: Margarita Polo. Barcelona: Gedisa, 2010.